



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681352 - SP (2021/0226464-4)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO HENRIQUE PEDRETTI LIMA - RJ210737
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO APARECIDO PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUSTAVO APARECIDO PEREIRA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500487- 93.2019.8.26.0594).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 6 dias-multa, como incurso no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal.

A impetrante sustenta a atipicidade material da conduta do paciente, ante a lesão ínfima ao patrimônio afetado.

Alega que a reincidência não afasta, por si só, a aplicação do princípio da insignificância.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a incidência do princípio da insignificância, absolvendo-se o paciente, em razão da atipicidade material da conduta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da condenação do paciente e da pena que lhe foi cominada, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 229-233):

Como se observa, a autoria e a materialidade eram mesmo certas; sendo que a d. defesa pugna pela absolvição do acusado alegando a ocorrência do princípio da insignificância.

Sendo assim, não merece guarida, ao revés do que busca a d. defesa, o reconhecimento do princípio da insignificância (ou bagatela). Isto porque, para que haja o reconhecimento do aludido corolário, não se deve considerar tão -somente a lesividade mínima da conduta do agente, sendo necessário apreciar outras circunstâncias de cunho subjetivo, especialmente àquelas relacionadas à vida pregressa e ao comportamento social do sujeito ativo, não sendo

possível absolvê-lo da imputação descrita na inicial acusatória quando se verifica que a conduta do acusado é altamente reprovável, como no caso dos autos, em que de forma ardilosa, mediante fraude, subtraiu objeto à venda no bar da vítima.

Aliás, esse é o entendimento da jurisprudência:

[...]

Portanto, o simples fato de não ter restado prejuízo de maior monta em face do patrimônio das vítimas, não basta para que seja declarada atipicidade da conduta pelo reconhecimento do princípio da insignificância, sob pena de chegarmos ao absurdo de estimular a prática de furtos em que o bem seja de pequeno valor, considerado tal patrimônio.

Além disso, em que pese o valor do bem não ser de grande monta, sua conduta é perniciosa. Não bastasse, trata-se de réu com diversas ocorrências envolvendo a prática de delitos contra o patrimônio, possuindo péssimos antecedentes criminais e reincidência (fls. 31/33), a demonstrar que faz da prática de tais delitos seu meio de vida.

Portanto, há um conjunto probatório harmônico, que leva à certeza de autoria e de tipicidade da conduta e, por qualquer ângulo de observação, emerge do quadro probante a necessária certeza da responsabilidade penal do apelante em relação aos fatos que lhe foram imputados na denúncia, pelo que não há falar-se em absolvição.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência